

Local de memória e ensino superior: as possibilidades educacionais

DONZELLI, Cledivaldo Aparecido¹

NADAI, Alessandra Jorge²

RESUMO: Apresentação e reflexão sobre os resultados das experiências das oficinas denominadas *Oficina de Memória Cultural – Memória da cidade de Penápolis: noções básicas sobre museus e preservação da memória local* e *Oficina de Memória Cultural – Memória da cidade através dos seus monumentos e patrimônio: identidade e cidadania*, realizadas no ano de 2002 no município de Penápolis, localizado no estado de São Paulo, de iniciativa do Museu Histórico e Pedagógico “Memorialista Gláucia Maria de Castilho Muçouçah Brandão”, bem como narrativas sobre os resultados das execuções dos planos de estágio do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis, concernentes às temáticas das referidas oficinas, desenvolvidos entre os anos de 2006 e 2015. O artigo demonstra que é possível e necessária a aproximação acadêmica com os espaços de memória, no sentido de unir a teoria desenvolvida em torno das questões da história regional e local com práticas educativas em locais de monumentos e espaços de memória do município de Penápolis/SP.

PALAVRAS-CHAVE: Museu; Educação patrimonial; Memória.

Place of memory and higher education: the educational possibilities

ABSTRACT: Presentation and reflection on the results of the experiences of the workshops called Workshop of Cultural Memory - Memory of the city of Penápolis: basics about museums and preservation of the local memory and Workshop of Cultural Memory - Memory of the city through its monuments and heritage: identity and citizenship, carried out in 2002 in the city of Penápolis, located in the state of São Paulo, on the initiative of the Historical and Pedagogical Museum "Memorialist Gláucia Maria de Castilho Muçouçah Brandão", as well as a narrative about the results of the execution of the internship plans of the course Pedagogy of the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters of Penápolis, concerning the subjects of the mentioned workshops, developed between the years of 2006 and 2015. The article demonstrates that it is possible and necessary the academic approach with the spaces of memory, in the sense of joining the theory developed around issues of regional history and place with educational practices in places of monuments and spaces of memory of the municipality of Penápolis/SP.

KEYWORDS: Museum; Patrimonial education; Memory.

INTRODUÇÃO

A partir da constatação da necessidade de um religamento do passado com o presente, ocorrido no final do século XX,³ rompido por várias circunstâncias sociais

¹Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis Centro Universitário Toledo. Professor de História – História e Sociedade. E-mail: cledivaldoaparecidodonzelli@gmail.com

²Historiadora, Diretora do Museu Histórico e Pedagógico “Memorialista Gláucia Maria de Castilho Muçouçah” - Penápolis -SP. E-mail:ale_nadai@yahoo.com.br

e econômicas cujas implicações redundam naquilo que se denomina crise de identidade, ou seja, a perda de referências perenes garantidoras de uma percepção de pertença de grupo na perspectiva cultural, social e espacial, urge – a partir de estratégias de ações das mais variadas áreas (geografia, arte, história e antropologia) que podem se localizar no âmbito das escolas e faculdades, bem como nas políticas públicas dos entes federados – garantir meios de desenvolver o sentimento de pertença e de identificação com espaços geográficos e históricos na perspectiva de uma sutura com as origens e a percepção de mudanças e permanências na construção da consciência histórica.

Com a finalidade de contextualização da temática, foi elaborada uma breve narrativa sobre a trajetória das preocupações humanas concernentes às preocupações em salvaguardar memória e registrar história, visando à manutenção das experiências vividas para as sucessivas gerações e à historicização dos períodos dos debates no Brasil em relação às implementações de políticas públicas sobre patrimônios, além de apresentar os resultados das experiências das oficinas denominadas *Oficina de Memória Cultural – Memória da cidade de Penápolis: noções básicas sobre museus e preservação da memória local* e *Oficina de Memória Cultural – Memória da cidade através dos seus monumentos e patrimônio: identidade e cidadania*, realizadas no ano de 2002, no município de Penápolis-SP, de iniciativa do Museu Histórico e Pedagógico “Memorialista Gláucia Maria de Castilho Muçouçah Brandão”.

O presente artigo objetivou também, narrar os resultados dos planos de estágios do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis, concernentes às temáticas das referidas oficinas, desenvolvidos entre os anos de 2006 e 2015. São enfatizadas a possibilidade e a necessária aproximação acadêmica com os espaços de memória, no sentido de unir a teoria desenvolvida em torno das questões da história regional e local com práticas educativas em locais de monumentos e de memória do município de Penápolis-SP, garantindo, assim, um projeto de estágio cujo protagonismo dos discentes é potencializado e valorizado na formação profissional do futuro docente da educação infantil e primeiros anos do ensino fundamental. Destarte, refletiu e apresentou discussões acerca das

³ Reflexão feita por Eric Hobsbawm para caracterizar os acontecimentos do final do século XX, afirmando que houve a destruição dos mecanismos sociais que vinculam as experiências pessoais à das experiências passadas. (HOBBSAWM, 1995, P. 13).

previsibilidades curriculares quanto ao ensino de história local e regional e suas implicações e possibilidades de utilização de lugares de memória e de planos de estágios visando à garantia da construção de uma consciência histórica.

No que diz respeito às hipóteses, para o desenvolvimento da temática, foram levantadas as seguintes:

1ª)no Brasil, com seu passado colonial, houve nos primeiros anos de sua vida política independente um processo de negação de tudo que se pudesse vincular ao mesmo, tendo como consequência a destruição de prédios e lugares urbanos centenários e, somente nos anos de 1930 - período de urbanização e efervescência cultural e política - é que se observaram os primeiros atos práticos consubstanciados em legislações e órgãos, que denotaram a sensibilidade pelo patrimônio artístico e histórico;

2ª)quando ocorre a união entre unidade de ensino e lugares de memórias, são possíveis projetos consistentes na direção da formação de docentes e discentes capazes de desvelar e propor aos municípios desejos preservacionistas de seus patrimônios materiais e imateriais.

A metodologia contemplou a pesquisa bibliográfica utilizando documentos escritos originais primários adquiridos no Museu Histórico e Pedagógico “Memorialista Gláucia Maria de Castilho Muçouçah Brandão” e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis, bem como consulta bibliográfica através de literatura corrente e obras de autores, tais como de Maurício de Almeida Abreu, Maria Cecília Londres Fonseca, Françoise Choay e Circe Bittencourt.

O PATRIMÔNIO NA HISTÓRIA E A HISTÓRIA DO PATRIMÔNIO

No transcurso da história humana, muitos momentos ensejaram a busca por registros de ações cotidianas na trama das relações sociais visando à garantia do equilíbrio e permanência identitária. Desde o momento da sedentarização dos homínidos sapiens nas margens de rios, há aproximadamente quinze mil anos, após um longo período de evolução tecnológica, econômica e social, há registros - em papiros, pedras e pergaminhos - de transações comerciais, permitindo o estudo da estrutura burocrática do Estado, sua forma política e estrutura econômica. Eram formas de garantia de transmissão de experiências de geração em geração. Mas no que diz respeito aos espaços geográficos, aqui entendidos como espaço urbano de

vivência social, percebe-se que os templos e prédios onde se cultuavam deuses foram mais valorizados, pois se vivia a teocracia, que confundia o poder dos deuses com o dos governantes. Pelo menos até a Idade Média, as preocupações em relação à preservação de prédios e monumentos eram, em sua grande maioria, em torno das religiosidades, daí então o motivo de muitos desses templos merecerem preocupações prioritárias em suas preservações.

A partir do Renascimento, iniciado no século XV, devido à nova configuração social, econômica, cultural e científica, as preocupações das pessoas em preservar vestígios, mudaram de foco, saindo da religiosidade e adentrando o campo da racionalidade típica do período, que marcou as artes, literatura, ciência e religião. Era o início de uma transição: a passagem de uma vivência tradicional rural e iletrada para uma vivência onde se exigia o pensamento racional na busca e garantia da individualização da pessoa, que rompia com um processo arbitrário de identificação coletiva, pré-determinada por um destino traçado de forma transcendental.

Portanto, a concepção de tempo dentro da tríade passado, presente e futuro, fez os renascentistas sugerirem novo ordenamento da cronologia humana através das denominações de Idade Antiga, Idade Média e Idade Moderna, enfatizando as experiências vividas pelos romanos e gregos a fim de solucionarem os problemas de seu presente, propondo um protagonismo nas ações humanas, inaugurando a individualização das pessoas, que rompiam com o anonimato proposto pelo pensamento cristão da época, possibilitando o surgimento da concepção de autoria nas produções artísticas, literárias e científicas.

As cidades renasciam na Europa e com elas novas vivências e exigências arquitetônicas se apresentavam a partir da necessidade premente das pessoas, com suas novas demandas profissionais, habitacionais e administrativas. Muitos estudiosos de época já propunham novas formas de governo e de Estado, fazendo com que se iniciassem as primeiras experiências de Estado moderno burocratizado e balizador dos limites territoriais. Com isso, novos olhares e concepções de patrimônio impulsionavam as pessoas, passando de preocupações com a arquitetura dos templos para uma arquitetura que representasse também os vários momentos clássicos da arte, política e economia da antiguidade e da recém-inaugurada modernidade. Ou seja, vários prédios ou ruínas que abrigaram

estruturas políticas também foram objeto de preocupações visando a apresentar para a geração da época o quão grandioso foi o momento de epopéia na engenharia administrativa de Roma, Egito e Grécia, inspiradores do novo rumo a ser seguido pelos europeus, dentre eles, a construção da noção de Estado moderno. Outrossim, como corrobora Maria Cecília Londres Fonseca,

A constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais é uma prática característica dos Estados modernos que, através de determinados agentes, recrutados entre os intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. Pelo valor que lhes é atribuído, enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos da nação, esses bens passam a serem merecedores de proteção, visando a sua transmissão para as gerações futuras. Nesse sentido, as políticas de preservação se propõem a atuar, basicamente, no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos. (FONSECA, 2005, p. 21)

Destarte, ocorreram mudanças que provocaram a transferência do viver no campo para o viver urbano, comprometendo a existência de pessoas cujas práticas sociais e culturais eram vinculadas a um conhecimento empírico tradicional que, por força do romper de novas configurações econômica, social e política, precisaram se adaptar. Novos hábitos, costumes e valores propunham um paradigma de civilização pautada na ideia de progresso das ciências, da cultura e da política, num processo avassalador de urbanização e industrialização. Era o transcurso dos séculos XVIII e XIX, momento do sentimento da aceleração da História, ou seja, a substituição do ritmo de trabalho pautado no tempo natural, para um ritmo pautado no relógio marcador e disciplinador do cumprimento do tempo, da substituição do trabalho artesanal para o acelerar da produção nas máquinas das fábricas, da demora no traslado dos transportes, para um modo mais rápido dos movimentos das pessoas e mercadorias. Tudo isso ensejou a busca dos vestígios e da construção de lugares de memória, tais como museus, bibliotecas e arquivos, pois o início da diminuição do campesinato e a percepção da cidade como locus de existência garantidora de civilidade e liberdade fizeram com que novas configurações habitacionais surgissem, pautadas em estéticas denominadas neoclássicas.

O aparecimento de planejamentos e projetos pragmáticos e racionais estiveram na ordem do dia para organizar a mobilidade e acomodar as incipientes indústrias, comércios e automóveis. Como consequência, muitos arquitetos e engenheiros da França, Inglaterra, Itália e Portugal, influenciados pelo sentimento de perda e de desligamento com o passado, alertavam para a necessidade da criação

de leis que pudessem salvaguardar o patrimônio material através de tombamentos e restauros e, assim, didaticamente garantir a cimentação do passado e presente para as gerações do presente e do futuro. Nesse contexto despontam os primeiros teóricos da conservação: John Ruskin (1819-1900) e Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879). Suas posições, diametralmente opostas, relacionam-se diretamente, e, com o tempo, outras teorias foram elaboradas. Era a tentativa de produzir uma identidade duradoura aos povos de um continente que vivia movido pela ideia de progresso. Em síntese, vale se reportar à historiadora francesa Françoise Choay:

Com efeito, o advento da era industrial como processo de transformação – mas também de degradação – do meio ambiente contribuiu, ao lado de outros fatores menos importantes, como o romantismo, para inverter a hierarquia dos valores atribuídos aos monumentos históricos e privilegiar, pela primeira vez, os valores da sensibilidade, principalmente estéticos. A revolução industrial, como ruptura em relação aos modelos tradicionais de produção, abria um fosso intransponível entre dois períodos da criação humana. Quaisquer que tenham sido as datas, que variam de acordo com cada país, o corte da industrialização continuou sendo, durante cada fase, uma linha intransponível entre um antes, em que se encontra o monumento histórico isolado, e um depois, com o qual começa a modernidade. (CHOAY, 2001, p.127)

No que se refere ao Brasil, com a consolidação da República, se iniciaram os debates em torno da questão do patrimônio, tendo como discurso de diversos setores da sociedade os mesmos que impulsionaram a Europa e EUA séculos antes, de progresso e civilidade.

Esta fé no "país do futuro" tornou-se uma ideologia avassaladora a partir da República, e isto explica porque foram tão bem-sucedidas, no século XX, as reformas urbanísticas radicais que tanto transformaram a face de diversas cidades brasileiras. Viabilizadoras desse futuro, essas reformas tiveram grande acolhida entre as elites modernizadoras do país, que jamais hesitaram em enfrentar qualquer apego a antigos valores, a antigas "usanças" urbanas, taxando sempre esse comportamento como um indicador de conservadorismo, de atraso, de subdesenvolvimento. Lemas como "São Paulo não pode parar", "cinquenta anos em cinco", "prá frente Brasil" e muitos outros, independentemente de seus vínculos político-ideológicos, ilustram bem esse movimento de valorização do novo, e justificaram um sem-número de intervenções realizadas sobre as paisagens herdadas do passado. (ABREU, 1998, p. 80)

Como resultado, percebeu-se o desmanche de muitas obras arquitetônicas em cidades coloniais centenárias a fim de sintonizar o Brasil com as experiências de Haussmann, na França, ou de algum outro projeto europeu de racionalização e modernização de cidades. O Brasil se espelhava, portanto, num futuro prometido

pelo industrialismo virando as costas para seu passado arcaico e colonial, que deveria ser esquecido e assim, muitas cidades - como São Paulo, Salvador, Rio de Janeiro e tantas outras de Pernambuco e Minas Gerais - tiveram seus centros históricos ressignificados e “modernizados”.

Foi apenas a partir da década de 1920, contudo, que muitos artistas, arquitetos e intelectuais propuseram políticas de Estado visando à proteção do patrimônio. Podemos citar a Semana de Arte Moderna como espaço de debates e o embrião de movimentos vindouros visando a legislações que salvaguardassem o patrimônio nacional brasileiro. Foi somente na década de 1930, com o surgimento de universidades, como a Universidade de São Paulo (USP) em 1934, que foi criado o primeiro Ministério da Educação e Saúde, que abrigou muitos intelectuais ligados à arte, que colocaram na pauta nacional a questão patrimonial. Em 1934, tivemos a primeira legislação que norteia até hoje a questão do tombamento e restauro no Brasil.

Somente com a Constituição de 1934 (art.10, III) que se consagrou uma norma inibidora do direito de propriedade. A Constituição autorizou a União e os Estados a proibir a saída de obras de arte e a proteger, concorrentemente, as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico. Cumpre registrar que mesmo antes da Carta de 1934 alguns Estados, isoladamente, já tinha editado leis criando órgãos de defesa do acervo histórico e artístico (Bahia, em 1927, e Pernambuco, em 1928). (...) Somente em 1937 que se legislou sobre a tutela estatal acerca do patrimônio cultural, tendo dois diplomas importância fundamental naquele momento: a Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, criando o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atualmente denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, instituindo o tombamento e organizando a proteção do patrimônio histórico e artístico. (ALVES, 2008, p. 77)

Muito embora nas primeiras décadas o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) tenha se caracterizado pelo tecnicismo nos critérios de tombamento, já que apenas profissionais da arte, história, arquitetura e engenharia compunham a comissão responsável pelo processo de tombamento, foi a partir daí que se inaugura uma era de intensos debates sobre a questão.

As cidades de Minas Gerais foram as primeiras a serem tombadas, visto que ali se encontravam o barroco colonial, denotando, portanto, o interesse mais estético e artístico nos primeiros processos de tombamento. Além disso, o nacionalismo e o patriotismo também estiveram presentes nos critérios de tombamento, pois isso pautava a política e a economia das décadas de 1930 e 1940.

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) sofreu muitas críticas por deixar de fora uma arquitetura vernacular ou por não reconhecer o patrimônio produzido por pessoas inseridas em classes sociais subalternas. A crítica também se deu por conta do tecnicismo e pelo elitismo na escolha das comissões avaliadoras. Destarte, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) passa ser Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e inaugura um novo regimento e formato, que amplia a noção de patrimônio, incluindo o reconhecimento da imaterialidade das manifestações como passível de ser salvaguardado. O resultado é que, a partir da Constituição de 1988, principalmente em seu artigo 216 com seus respectivos incisos, inscreve-se o seguinte

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Com isso, o Brasil passa a ter uma legislação que possibilita e incentiva o tombamento de bens patrimoniais materiais e imateriais, incluindo diversos fazeres de pessoas que até então não tinham direito de ter sua memória e história reconhecidas.

HISTÓRIA LOCAL: A EXPERIÊNCIA FORMATIVA DO MUSEU HISTÓRICO “MEMORIALISTA GLÁUCIA MARIA DE CASTILHO MUÇOUÇAH BRANDÃO”

Após traçar essa breve cronologia sobre as circunstâncias e momentos específicos da trajetória do patrimônio histórico cultural no mundo ocidental e no Brasil, relataremos uma experiência ocorrida em um município da região noroeste do estado de São Paulo que possui locais de memória.

O município de Penápolis, elevado a essa condição em 1908, se inscreve também no contexto global das interfaces culturais cujo surgimento se deu a partir do fenômeno da globalização e da revolução tecnológica, que fez nascer a ideia de uma sociedade da informação e do conhecimento onde as fronteiras econômicas

desapareceram. Assim, diferentes segmentos sociais ficaram submetidos a esse contato mais amplo e rápido nos aspectos culturais e econômicos e as transformações no denominado mundo pós-moderno modificaram constantemente o cenário cultural e conseqüentemente interferiram nos elementos constitutivos da identidade dos indivíduos e grupos. Multiplicaram-se sistemas de significação cultural e o processo de identificação tornou-se cada vez mais provisório, plural e dinâmico.

O patrimônio cultural contribui para o processo de identificação na medida em que permite que conheçamos os quadros de referência do passado. Na contramão desse processo e fundamentais para barrar seu crescimento, os profissionais da área cultural e educacional inseriram nos Parâmetros Curriculares Nacionais de História e Geografia o tema Patrimônio e, através da Educação Patrimonial como uma área de trabalho e de pesquisa educacional que pode ampliar e enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, propõem extrapolar os muros da escola, dos museus, das bibliotecas e dos arquivos, num processo de descoberta que envolve alunos, professores, pais, enfim, toda uma comunidade na preservação do patrimônio cultural que vai ao encontro da constituição da cidadania.

Em Penápolis, o Museu Histórico e Pedagógico foi criado pelo Decreto Estadual nº 33.980, de 19 de novembro de 1958. Foi batizado de Museu Histórico e Pedagógico “Fernão Dias Paes”, para complementar a rede de museus da mesma natureza, no interior do estado de São Paulo. Na época, comemorava-se o cinquentenário da fundação da cidade, ocasião em que tanto os políticos locais, quanto os profissionais da educação e grande parte da coletividade estavam bastante motivados com a criação de uma instituição destinada a buscar e preservar documentos e acervos relacionados à história local.

Através do Decreto Estadual nº 44.735, de 03 de março de 2000, o museu foi municipalizado. Esteve instalado ou guardado em vários locais, prédios públicos ou casas alugadas. Em 2008, através da Lei Municipal nº 1.527, o museu passou a denominar-se Museu Histórico e Pedagógico “Memorialista Gláucia Maria de Castilho Muçouçah Brandão”. Após recursos para reforma do prédio (Praça 9 de Julho, 170), bem como mais mudanças de local, finalmente, em 2009, foi destinado para o Museu Histórico e Pedagógico “Memorialista Gláucia Maria de Castilho Muçouçah Brandão” o prédio na Praça 9 de Julho, 150 - antigo Paço Municipal.

Mas, somente em 2014, o Museu foi efetivamente aberto ao público nesse espaço. Com uma nova expografia, pensada através do seu importante acervo do ponto de vista antropológico, social, cultural e histórico, enfatizou a pessoa que viveu e vive nesse território, ora habitado por índios, ora por migrantes e imigrantes, todos, cada um dentro de suas potencialidades, trabalharam e trabalham para a formação da cidade e a formação do cidadão, através de seus legados. Sua missão é promover a salvaguarda do patrimônio histórico da cidade para contribuir com as reflexões da comunidade local e regional no uso do território e na identidade cultural.

Desde 2002, o Museu Histórico passou por transformações impulsionadas pela nova visão no cenário nacional, de antigo depósito de velharias, muitas vezes representando algum personagem importante ou famílias abastadas, em detrimento dos agentes históricos, para lugar de memória, de preservação da memória cultural e da produção do conhecimento.

Nesse sentido é que o município de Penápolis, através da Secretaria Municipal de Cultura, no ano de 2002, sintonizado com as preocupações refletidas acima e num momento de efervescência e debate em torno da garantia de abrigar em prédios próprios e separados os museus Histórico e de Folclore, que antes funcionavam no mesmo local, no antigo Paço Municipal, construído em 1930, iniciou a *Oficina de Memória Cultural – Noções Básicas sobre Museus e Preservação da Memória Local*, cujo objetivo foi resgatar, organizar e difundir fontes documentais, tridimensionais ou bidimensionais, relacionadas à memória da cidade. O curso previu um encontro por mês, sendo que nos primeiros foram desenvolvidos estudos teóricos e conceituais e dentro sua programação, *A Oficina de Memória Cultural: Memória da Cidade através de seus Monumentos e Patrimônios – Identidade e Cidadania* tinha como objetivos interdependentes: propor a delimitação de um espaço urbano entendido como Centro Histórico de Penápolis e elaborar um roteiro histórico-cultural que pudesse ilustrar e esclarecer aspectos da história da cidade em um período pré estabelecido – no caso, da fundação da cidade em 1908 aos anos de 1930. Os dois objetivos colocados partiram de uma hipótese levantada pelos cursistas, após observações iniciais em uma planta da cidade de 1930, que sugeria a possibilidade de Penápolis ter passado por um rápido desenvolvimento demográfico naquele período. Essas observações levaram a outra possibilidade: a de ter

representado um centro importante para o desenvolvimento econômico da região noroeste do estado de São Paulo, no início do século XX.

Através do acervo do Museu Histórico -documentos, fotografias, plantas, depoimentos, livros e jornais - foi delimitado o centro histórico da cidade no contexto mais amplo do desenvolvimento da região; resgataram-se aspectos afetivos, da vivência na cidade, a construção do lugar a partir de relatos de memória e resgate de imagens e montagens de roteiros diferentes. O resultado foi a possibilidade de um tour histórico-cultural pela cidade como serviço público oferecido a estudantes e interessados em geral, escolhendo marcos que identifiquem o espaço de estudo e reflexão.

Os resultados desse curso, transformados em ação educativa, foram incluídos nas atividades do Museu, que naquele momento não tinha sede própria, e através desse projeto encontrou-se um meio de divulgar a importância de sua existência, bem como dar notoriedade no sentido de criar mecanismos de preservação do patrimônio cultural da cidade.

Apesar de toda a transformação e reinvenção pela qual o museu passou nos últimos anos, continua sendo uma instituição de possibilidades e incompatibilidades: enquanto é rico do ponto de vista do patrimônio que abriga, é pobre do ponto de vista orçamentário; enquanto salvaguarda a herança cultural dos cidadãos, é conhecido e reconhecido por poucos; enquanto necessita de profissionais qualificados e equipe multidisciplinar, possui profissionais dedicados e com muita flexibilidade e muitas vezes à mercê de decisões políticas.

A experiência do 'Tour Histórico-Cultural', portanto, possibilitou a articulação do ensino de história local com a compreensão do passado, permitiu que a relação com os estudantes ocorresse de forma interessante, viva e dinâmica, contrariamente às relações que, muitas vezes, se estabelecem na sala de aula. O conhecimento, reconhecimento e valorização do patrimônio cultural induzirão a comunidade a cobrar de seus representantes políticos ações de preservação, ou pelo menos a identificação de sua existência, através de inventário.

Hoje o Museu Histórico é reconhecido e se tornou referência, pelos órgãos competentes, por seu acervo documental, bem como por sua exposição de longa duração. Através de suas exposições, ações culturais, projetos educativos, banco de dados, publicações, o público tem acesso não somente ao conhecimento, mas às

fontes utilizadas para a sua produção (acervo), o que assegura à Instituição o exercício simultâneo de seu papel científico, cultural e educativo. Mesmo diante das dificuldades, o Museu tenta cumprir seu papel social importante na formação cultural de todos os cidadãos, de forma crítica, provocando o diálogo do público com o bem cultural, sem interferir no encontro do sujeito com o patrimônio.

A INTERFACE DO CURSO DE PEDAGOGIA DA FAFIPE/FUNEPE COM O MUSEU “MEMORIALISTA GLÁUCIA DE CASTILHO MUÇOUÇAH BRANDÃO”

O município de Penápolis conta com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras desde o ano de 1966, inaugurada no bojo do processo de incentivo da expansão da educação como estratégia dos governos militares, que também inaugurava uma nova fase no Brasil dentro da lógica de um modelo desenvolvimentista que atrelava o capital nacional ao capital estrangeiro. A escola seria um mecanismo também de veiculação da ideologia dos governos militares perpetrada no sentido de reprodução das relações sociais e da permanência de práticas autoritárias nas instituições brasileiras. Com isso, através de autorizações de abertura de faculdades privadas, garantiu-se a formação de professores através de licenciaturas, que garantiriam a expansão da oferta de vagas nas escolas com professores formados em sua maioria na iniciativa privada.

Desde sua fundação a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis, mantida pela Fundação Educacional de Penápolis, vem se notabilizando pelos diversos cursos de licenciaturas, tais como Letras, Pedagogia, Matemática, Ciências Biológicas, Educação Artística e História. Nos últimos anos se verificou a drástica diminuição do número de discentes que procuram esses cursos, como pode se verificar no repertório de cursos ofertados hoje com a presença apenas do curso de licenciatura em Pedagogia, cujo mercado de trabalho ainda se torna atraente, dentre outras coisas, por estar sob a responsabilidade dos municípios, que, em sua maioria, oferecem planos de carreira mais atraentes.

O curso de licenciatura em Pedagogia dessa instituição de ensino superior, seguindo as adequações exigidas através de várias legislações emanadas do Conselho Nacional de Educação e Conselho Estadual de Educação, além de legislação concernente à proposta curricular, conta com uma grade onde se preveem diversas disciplinas voltadas a conteúdos, metodologias e práticas e ensino, dentre elas a de História.

O plano de ensino dessa disciplina - com seus conteúdos e bibliografias - reconhece o papel das cidades no processo de formação teórica e prática enfatizando como imprescindível para o religamento do presente com o passado refazer uma tessitura capaz de trazer equilíbrio e sobriedade nas relações humanas e assim valorizar os espaços geográficos urbanos.

Viver dentro de um presentismo, ou seja, enfatizar vivências cotidianas separadas da noção de ligação com o passado, cuja a ordem é do esquecimento, tem sido a tônica do momento, que, regado pelo hedonismo, individualismo e consumismo, produz uma nova lógica de relacionamento potencializado pelos avanços da cibernética, robótica e das tecnologias dos meios de comunicação, distanciando cada vez mais as crianças e adolescentes do conhecimento sobre suas próprias origens, da sua comunidade e da formação social e cultural do meio urbano do qual residem.

Enxergar nas cidades, nos seus monumentos, prédios, edifícios e moradias um potencial didático de formação histórico-cultural, é condição *sinequanon* para o desenvolvimentodos conceitos de tempo, patrimônio, cultura e identidade, reconhecendo a urgência da necessidade de despertar a denominada consciência histórica, certamente tendo como locus privilegiado o ambiente geográfico urbano, onde existiram e existem manifestações econômicas, políticas, sociais e culturais próprias da formação específica de uma determinada sociedade. Para isso, evidentemente, a estratégia educacional enseja as utilizações de registros gráficos e iconográficos, mas, principalmente, a utilização dos edifícios como possibilitadores da educação e formação identitária por possuírem valores artísticos, históricos e arquitetônicos. E como defende Maurício de Souza Abreu

A cidade é uma das aderências que ligam indivíduos, famílias e grupos sociais entre si. Uma dessas resistências que não permitem que suas memórias fiquem perdidas no tempo, que lhes dão ancoragem no espaço. Mas a cidade não é um coletivo de vivências homogêneas. Para definir o que seria a memória das cidades, nossa categoria de análise não pode ser a população. O que faz com que surja uma memória grupal ou social, referida a algum lugar, é o fato de que aquele grupo ou classe social estabeleceu ali relações sociais. Essas relações, entretanto, podem ser de dominação, de cooperação ou de conflito, e variam tanto no tempo como no espaço. Conseqüentemente, a vivência da cidade dá origem a inúmeras memórias coletivas, que podem ser bastante distintas umas das outras, mas que têm como ponto comum a aderência à essa mesma cidade. (ABREU, 1998, passim.)

Diante disso, se faz mister a necessária cultura de formação desde a tenra idade, a partir das instituições de ensino, dos equipamentos culturais, principalmente arquivos e museus, dos veículos de comunicação, visando ao sentimento de pertença e da prática da conservação através de tombamento e também através de restauro. Quando o município não possui os mesmos, é importante que se tenha a concepção de que mesmo a partir das instituições de ensino, se façam atividades e ações que despertem o desejo de memória e história.

Consta, conforme mencionado, na formação de professores de licenciatura de Pedagogia a disciplina que visa a apresentar as possibilidades metodológicas e práticas do ensino de história e com isso estão garantidos e previstos o estudo de paradigmas e conceitos inerentes à especificidade da História com seu rigor científico. Para isso, garantir o estudo de conceitos como memória, história, tempo, cidade, identidade, raça, racismo, patrimônio e museu, na formação de professores, através de estratégias metodológicas que contemplem a utilização de espaços de memória locais e equipamentos culturais, sem dúvida qualifica o curso e potencializa a construção de uma consciência histórica na comunidade. São cento e vinte horas distribuídas em dois semestres, trinta horas de estágio curricular, além de duzentas horas de atividades complementares.

A disciplina de Conteúdos, Metodologias e Práticas de História, estimula uma formação através do seu Plano de Ensino e Plano de Estágio, que contemplam a exploração de equipamentos culturais e lugares de memória como sendo fundamentais para uma formação acadêmica, que efetivamente reconheça a união entre a teoria e prática na consolidação de uma identidade profissional pautada na perspectiva da sensibilidade política no ato de educar.

Os discentes quando cursam essa disciplina realizam seus planos de aula, cobrados para a realização de estágios, que contenham como lócus, também os museus, seja o de folclore, seja o histórico, reconhecendo em seus acervos possibilidades metodológicas para o desenvolvimento de conceitos já mencionados. Eles viabilizam contatos entre a unidade escolar da primeira etapa do ensino fundamental e os museus e assim desenvolvem visitas técnicas caracterizadas com os requisitos técnicos rigorosos orientados pelo professor da disciplina e embasadas por bibliografias específicas sobre a temática e em conexão com os programas dos museus, dentre eles, o do *Tour* Histórico, realizam o

percurso pelo centro histórico do município com estudantes e professores, atendendo, evidentemente, ao cumprimento de um planejamento de estágio que contém objetivos, justificativas, metodologias e avaliação, tudo narrado em relatório final.

O resultado é que, o fato de o município possuir os museus e uma faculdade com curso de Pedagogia, o faz peculiar com possibilidades privilegiadas de formação profissional de docentes e principalmente da garantia da existência de uma persistente e importante prática de identificação e da percepção de pertença a um espaço construído historicamente, pautado por tensões e embates de diversos grupos que povoaram esse espaço geográfico.

CONCLUSÃO

Em tempos de relativizações de ideias e comportamentos, onde se verifica o descentramento do sujeito e as superações de uma mentalidade centrada desde o início da denominada modernidade, no seio da qual se produziram instituições e uma civilidade que se prometeu perenidade e um progresso nas ações econômicas, políticas e sociais, salvador e garantidor do futuro da espécie humana, a experiência relatada nesse artigo demonstra preocupações destoantes do processo de massificação da cultura proporcionada pela denominada indústria cultural e demonstra possibilidades educacionais na busca de equilíbrio como sociedade, visando um elo que signifique e/ou ressignifique as existências de pessoas e grupos de pessoas, a fim de continuarem seu percurso com menos riscos e na certeza de não saquearem o futuro de uma geração.

A prática externada precisa de registros e reflexões, a fim de dar publicidade a estratégias exequíveis e factíveis, as quais poderão se tornar o diferencial na formação docente e da garantia da construção da consciência histórica, fundamental no processo de humanização e na percepção como consolidação de uma sociedade que valorize sua autonomia e seu protagonismo nas resoluções de problemas e na prospecção de projetos valorizadores do desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. "Sobre a memória das cidades". *Revista da Faculdade de Letras*. I série, vol. XIV, Porto, pp. 77-97, 1998.

ALVES, Alexandre Ferreira de Assunção. “O tombamento como instrumento de proteção ao patrimônio cultural”. *Revista brasileira de estudos políticos*, vol. 98, Belo Horizonte, pp.65-97, 2008.

BITENCOURT, Circe Maria F. *Ensino de História – fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2005.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/MINC-IPHAN, 2005.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: O breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, nº 10, São Paulo, pp. 7-28, 1993.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

WILLIAMS, R. *Cultura e sociedade: 1780-1950*. Tradução de Leônidas H. B. Hegenberg, Octanny Silveira da Mota e Anísio Teixeira. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

FONTES DOCUMENTAIS

Plano da Oficina de Memória Cultural: Memória da cidade de Penápolis: noções básicas sobre museus e preservação da memória local – Autor: Gilson Miguel Aude-Data: 2002 (Documento encontrado no acervo do museu Histórico e Pedagógico “Memorialista Gláucia Maria de Castilho Muçouçah Brandão”)

Plano da Oficina Memória e Patrimônio Cultural – Autor: Marcemino Bernardo Pereira – Data: 2002 (Documento encontrado no acervo do museu Histórico e Pedagógico “Memorialista Gláucia Maria de Castilho Muçouçah Brandão”)

Plano de Ensino da disciplina Conteúdos, Metodologias e Práticas de Ensino de História – Data: 1º e 2º semestres de 2017 (Documento adquirido na Secretaria da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis)

Plano de Estágio da disciplina Conteúdos, Metodologias e Práticas de Ensino de História – Data: 1º e 2º semestres de 2017 (Documento adquirido na Secretaria da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis)

Decreto Estadual nº 33.980, de 19 de novembro de 1958 – Disponível em: <https://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/224660/decreto-33980-58> (Acesso em 30/12/2017).

Decreto Estadual nº 44.735, de 03 de março de 2000 – Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=4050> (Acesso em 30/12/2017).

Lei Municipal nº 1.527, de 2008– Disponível em:
<https://www.camaradepenapolis.sp.gov.br/portal> (Acesso em 30/12/2017).